



Soberania
& Clima

Conexões e
diálogos para
convergir

Ficha Técnica

Equipe

Antônio Augusto Muniz de Carvalho
Felipe Sampaio
Gabriel Sampaio
Jose Hugo Volkmer
Marcelo Furtado
Mariana Oliveira do Nascimento Plum
Newton Raulino de Souza Filho
Raul Belens Jungmann Pinto
Sergio Westphalen Etchegoyen

Edição e design

Edição e projeto gráfico do *paper* **NFatorial**

Identidade de marca **Prata Design**

Projeto gráfico e diagramação da capa **Pedro Bopp**

Fotos **João Farkas**

Centro Soberania & Clima

Avenida Pau Brasil Lote 6, sala 407,
parte 136
Águas Claras, Brasília, DF, Brasil
Cep:71916-500
www.soberaniaeclima.org.br

Distribuição gratuita.

White Paper Soberania e Clima. Ano 1. V.1 No 1. Jul 2022. Brasília. Centro Soberania e Clima.
1. Soberania. 2. Clima e Segurança.
3. Infraestruturas Críticas.
4. Bioeconomia. 5. Amazônia. 6. Justiça Climática. 7. Política Externa.

Índice

Sumário executivo	4
1. O Centro Soberania e Clima	6
1.1. O problema	8
1.2. Objetivos e propostas do Centro	9
2. Contexto	10
3. Eixos temáticos para o debate público	12
3.1. Soberania	14
3.2. Clima e segurança	22
3.3. Infraestruturas críticas	28
3.4. Bioeconomia	34
3.5. Amazônia	40
3.6. Justiça climática	46
3.7. Política externa	52
4. Agendas de mobilização e advocacy	58
5. Convite para o debate	64

Sumário executivo

A competição por recursos naturais, o estresse hídrico, a insegurança alimentar, as dependências energéticas, as novas ondas migratórias e a elevação dos níveis do mar são exemplos de ameaças à paz social e à soberania territorial de diversos países que têm relação e podem ser agravados pela crise climática. Enquanto o clima não está sujeito a limites territoriais, as nações precisam enfrentar os desafios de escala planetária em suas localidades.

A missão do Centro Soberania e Clima é fomentar, consolidar e produzir convergências entre os interesses das áreas da soberania e do desenvolvimento sustentável para a elaboração de uma estratégia nacional com o objetivo de enfrentar as mudanças climáticas e garantir um futuro próspero, justo e sustentável para o Brasil.

Este *paper* apresenta o Centro Soberania e Clima para a sociedade brasileira detalhando seus propósitos, as estratégias de trabalho a serem adotadas, além de explicar os motivos para a criação do *think tank*.

O objetivo deste texto é dar um pontapé inicial para avançar a reflexão sobre os assuntos de interesse do Centro e, para isso, apresenta sete eixos temáticos considerados centrais para dialogar com os representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e oferece insumos preliminares para o debate com *stakeholders* e formadores de opinião. O texto também indica as agendas específicas sobre as quais o Centro pretende incidir.

Este documento é resultado de reflexões e debates organizados pelo Centro e feitos com dezenas de especialistas nas áreas de soberania e do clima ao longo de dezembro de 2020 e dezembro de 2021. Amparado em saberes técnicos, conhecimento prático e dados, o *paper* oferece subsídios iniciais a respeito de temas como: soberania, clima e segurança, infraestruturas críticas, bioeconomia, Amazônia, justiça climática, política externa, desmatamento, biodiversidade, áreas protegidas, serviços ecossistêmicos, energia renovável, entre outros. A proposta é incentivar e promover o diálogo sobre os temas da soberania, da segurança, das mudanças climáticas, do desenvolvimento sustentável e da justiça social de forma articulada e convergente. Mais informações sobre o Centro Soberania e Clima, seus membros, parceiros, programa de trabalho e como colaborar podem ser obtidas no site www.soberaniaeclima.org.br.

A proposta é
incentivar e promover
o diálogo sobre os
temas da soberania,
da segurança, das
mudanças climáticas,
do desenvolvimento
sustentável e da
justiça social
de forma articulada
e convergente

1. O Centro Soberania e Clima

É fundamental uma articulação entre diferentes atores nacionais e internacionais, estatais e não estatais que permita um debate plural sobre como construir uma governança climática

Soberania e mudanças climáticas são muitas vezes tratadas como questões separadas, isoladas e, por vezes, antagônicas. Existe uma urgência no enfrentamento da crise climática e há uma oportunidade para a construção de convergências e ampliação do diálogo entre os setores dedicados às questões climáticas e aqueles envolvidos com o tema da soberania no Brasil.

O Centro Soberania e Clima (CSC) é um *think tank* que parte da constatação de que ainda é incipiente no Brasil a aproximação construtiva entre os interessados nos temas do enfrentamento da crise climática e as instituições e profissionais brasileiros dedicados à soberania nacional. O Centro surge para integrar as agendas de soberania e clima, mostrar que a conservação ambiental é um interesse nacional e contribuir para a construção de um debate franco entre esses setores de modo a garantir a conservação do meio ambiente sem enfraquecer a nossa soberania.

Por soberania, o CSC entende a capacidade do Estado de assegurar, de financiar e de fomentar suas atividades centrais garantindo seu papel de regulador, indutor, supervisor e aplicador da lei, e seus monopólios: defesa, segurança e política externa. Nessa direção, é fundamental uma articulação entre diferentes atores nacionais e internacionais, estatais e não estatais que permita um debate plural sobre como construir uma governança climática capaz de superar a crise ambiental atual sem renunciar aos interesses nacionais: direitos humanos, justiça social, desenvolvimento sustentável, segurança e soberania.

Missão

Produzir e disseminar conhecimento, informações e debates para a qualificação do diálogo entre profissionais e dirigentes de setores da soberania, do clima, do empresariado, da arena política, da área diplomática, do mundo acadêmico e científico, com foco nas questões climáticas, geopolíticas, econômicas, sociais e de soberania. Faz parte da proposta conjugar a valorização das convergências com a superação de resistências existentes entre os *stakeholders* relevantes da sociedade civil, dos governos, das forças armadas, da academia e do setor privado.

Quem

O Centro Soberania e Clima pretende reunir especialistas e atores estratégicos de diversos campos: da sociedade civil, soberania, academia, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da diplomacia e do setor privado.

Como

O Centro disponibiliza conteúdos técnicos e científicos, apoia a formação de interessados e aproxima disciplinas e saberes de diversas áreas (ambiental, militar, econômica, tecnológica, histórica e geopolítica). O centro valoriza a produção de conhecimento, em identificar oportunidades aos interesses do Estado e à segurança da sociedade. O projeto acolhe perspectivas plurais, realiza seminários, divulga conteúdos e promove estudos e pesquisas que contribuem para a formação acadêmica qualificada dedicada à articulação dos temas da soberania e do clima.

1.1. O problema

Enquanto a soberania é um conceito restrito a um território e interesses delimitados – uma cultura, um povo, seus recursos, e sua história – o clima é um fator que atravessa as fronteiras e, portanto, um tema de escala mundial

As ações humanas são responsáveis por produzir extremos climáticos e meteorológicos ao redor do mundo. O recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima¹ (IPCC), divulgado em agosto de 2021, evidenciou a ocorrência de diferentes tipos de mudanças climáticas, como ondas de calor, fortes precipitações, secas e ciclones tropicais². Os diferentes especialistas que participaram dos webinars organizados pelo CSC no período de 2020-2021 destacaram sua preocupação com o agravamento de eventos climáticos extremos e suas consequências: conflitos, tensões sociais, migrações e aumento das desigualdades.

Como fator de ameaça à segurança internacional, as mudanças climáticas atingem as diferentes sociedades nacionais e apontam para a necessidade de soluções cooperativas urgentes que enquadrem a questão em um cenário internacional dominado por interesses de Estados soberanos.

O mundo está diante de um desafio complexo: enquanto a soberania é um conceito restrito a um território e interesses delimitados – uma cultura, um povo, seus recursos, e sua história – o clima é um fator que atravessa as fronteiras e, portanto, um tema de escala mundial.

Nesse sentido, a soberania não pode ser encarada como uma moeda de troca ou de ameaça, mas sim uma ferramenta necessária para garantir a sobrevivência das sociedades como as conhecemos. É tarefa dos países soberanos encontrar uma forma de promover o entendimento indispensável para a preservação da vida e para a busca do bem comum. Afinal, qual é o significado de soberania sem vida e prosperidade para sustentá-la?

Esse é um desafio que mobiliza diversos setores da sociedade. Entre eles, estão os interessados nos temas do desenvolvimento sustentável (sobretudo no enfrentamento da crise climática) e as instituições e profissionais brasileiros dedicados às políticas de defesa e segurança.

Entretanto, no Brasil, a aproximação construtiva entre estes segmentos é incipiente, apesar dos interesses comuns. A necessidade de uma aproximação entre eles reflete a urgência não apenas da questão ambiental em si, mas da busca por convergência entre soberania e conservação do meio ambiente, de maneira a desenvolver uma agenda nacional que pautas as políticas públicas e a política externa brasileira.

1 Farias & Carvalho (2022).

2 <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/clima/paginas/painel-intergovernamental-sobre-mudanca-do-clima-ipcc>

1.2. Objetivos e propostas do Centro

A iniciativa do Centro Soberania e Clima pretende encontrar uma intersecção entre aquilo que é de interesse nacional – que remete à questão da soberania – e à questão do clima – na sua dimensão global. Para isso, parte da premissa de que a troca, o aprendizado mútuo e a negociação permitem espaço para desenhar e implementar as soluções necessárias no tratamento desses temas.

Esse é um esforço pioneiro no Brasil, que tem a oportunidade de reduzir as barreiras entre diversos *stakeholders* – públicos e privados –, interessados ou envolvidos nos campos do meio ambiente e da defesa.

Há o compromisso de produzir e disseminar o conhecimento relacionado ao campo socioambiental de forma rigorosa e acessível e, com isso, garantir a superação de distâncias entre a produção de conhecimento e evidências e as políticas públicas. Para as próximas etapas, o Centro publicará novos números da revista “Diálogos sobre Soberania e Clima”, organizará novos webinários e seminários, abrirá editais para pesquisadores, e ampliará seus canais de comunicação com *podcasts* e *newsletters*.

O Centro lança o convite à participação de atores variados, como políticos, empresários, ambientalistas, militares, diplomatas, acadêmicos e a sociedade civil para um processo de reflexão, formulação e ação, capaz de contribuir para a construção de uma agenda para o país na qual o direito à uma prosperidade sustentável esteja garantido.

Neste documento, apresentamos parte de nosso conhecimento acumulado ao longo dos primeiros anos de existência do Centro Soberania e Clima. As reflexões aqui exploradas foram construídas em diálogo com dezenas de especialistas nas áreas de interesse do *think tank*. O texto sistematiza as preocupações do Centro e os aspectos em que encontramos convergências para avançar na aproximação desses setores estratégicos para o país.

**Compromisso
de produzir e
disseminar o
conhecimento
relacionado
ao campo
socioambiental
de forma rigorosa
e acessível**

2. Contexto

A emergência climática impacta a agenda do desenvolvimento global, com amplos efeitos sobre a soberania, a economia, os direitos humanos, o meio ambiente, o uso da terra e o setor energético. O Brasil está no centro da discussão sobre governança global climática e ambiental, uma vez que o país é detentor de cerca de 15 a 20% da biodiversidade global, contendo em seu território dois *hotspots* de biodiversidade – a Mata Atlântica e o Cerrado –, seis diferentes biomas e três grandes ecossistemas marítimos³. A bacia Amazônica⁴ é um importante ativo estratégico nacional, pois além de ocupar 58,9% do território brasileiro, abriga 10% de todas as espécies de fauna e da flora do mundo, 20% da água doce existente e 60% das florestas tropicais, possuindo papel crítico no ciclo de captura de carbono do planeta. Importa destacar que a maior parte dessa biodiversidade está localizada em solo brasileiro.

Recentemente, a Amazônia voltou a ganhar a atenção internacional devido ao aumento das taxas de desmatamento. Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em maio de 2021, mostram que o desmatamento na Amazônia Legal⁵ declinou de 2004 a 2012, caindo de 27.772 km² para 4.571km². Porém, a partir de 2013, as taxas de desmatamento na região voltaram a crescer, passando de 5.891 km² em 2013 para 7.536 km² em 2018 e atingindo 13.235 km² em 2021.⁶

Esses fatores conferem à biodiversidade brasileira um novo significado geopolítico que interessa não apenas ao Brasil e aos Estados vizinhos que detêm direitos soberanos sobre porções da Amazônia dentro de seus territórios, mas também aos Estados, comunidades e indivíduos cujos interesses podem ser afetados pelas consequências climáticas decorrentes de ações que geram impactos sociais, econômicos e políticos, evidenciando a importância de uma governança global climática.

3 Convention on Biological Diversity: <https://www.cbd.int/countries/profile/?country=br>, acesso em 18 de março de 2022.

4 A Floresta tropical amazônica se estende por 9 países: Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. 60% do Bioma Amazônico está em território brasileiro.

5 A Amazônia Legal possui uma superfície aproximada de 5.015.067,75 km², correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro. Engloba 52 municípios de Rondônia, 22 municípios do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como, por 181 municípios do estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44°. Fonte: IBGE <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>

6 Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>, acesso em 31 de março de 2022.

O Brasil está no centro da discussão sobre governança global climática e ambiental, uma vez que o país é detentor de cerca de 15 a 20% da biodiversidade global

Diante deste contexto, quais prioridades mobilizam os objetivos nas áreas da biodiversidade e do clima? Como se posicionar geopoliticamente num tabuleiro de interesses repletos de agendas nacionais? Como construir convergências para aproveitar a posição privilegiada do país e não desperdiçar nossas oportunidades, nossos recursos e nossa prosperidade?

Neste *paper*, são destacados sete eixos temáticos como contribuição ao debate público mais amplo, capaz também de influenciar a agenda pública no setor, bem como os tomadores de decisão. O diálogo aborda temas como: soberania, clima e segurança, infraestruturas críticas, bioeconomia, Amazônia, justiça climática e política externa.

O texto traz reflexões amparadas em saberes técnicos, conhecimento prático e dados. Nessa direção, o Centro Soberania e Cima trouxe para o centro das discussões, de maneira inovadora, a importância da atividade de inteligência como instrumento de gestão capaz de assessorar o processo decisório na esfera ambiental. Recorrendo a esse conhecimento é possível identificar oportunidades e ameaças aos mecanismos de monitoramento, fiscalização e controle ambiental, além de outras situações de imediata ou potencial influência sobre o meio ambiente brasileiro.

Por fim, o CSC se apresenta como espaço aberto para promover diálogos na direção de uma agenda nacional de desenvolvimento sustentável, pautada pela justiça social.

3. Eixos temáticos para o debate público

Entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021, o Centro promoveu 20 seminários temáticos a respeito de temas variados e contou com as reflexões de mais de 50 especialistas nos setores do clima, da soberania, da política, da diplomacia, da economia, da ciência e dos direitos humanos. O Centro ainda publicou dois boletins informativos e três estudos na série “Diálogos sobre Soberania e Clima” assinados por especialistas como o Coronel do Exército Oscar Medeiros Filho, o professor Peterson Ferreira da Silva, integrante da Escola Superior de Defesa, e a professora Mercedes Bustamante, do departamento de Biologia da Universidade de Brasília.

A partir desses intensos diálogos realizados ao longo de 12 meses, esse capítulo irá apresentar uma sistematização de eixos temáticos para o debate público. Cada eixo recebe um diagnóstico, descreve convergências entre os setores climático e da soberania e destaca considerações que marcaram as falas de participantes dos seminários nos debates promovidos.

O título de cada eixo temático conta com uma nota de rodapé explicitando as fontes que inspiraram sua elaboração e as pessoas que participaram dos debates. Ao final do documento estão igualmente listados os nomes de todos os seminários, os respectivos convidados e disponibilizados os links com a gravação de cada encontro.

As reflexões apresentadas a seguir são resultado desses debates promovidos pelo Centro Soberania e Clima e ganham neste *paper* uma primeira sistematização. Importante ressaltar que este documento não se propõe a resolver todos os desafios e problemas que tocam a cada temática indicada, mas antes levantar questões, sugerir convergências e estimular o diálogo. Trata-se da sistematização inicial de argumentos e da apresentação das principais convergências identificadas entre os dois setores em questão, soberania e clima.

O Centro já promoveu 20 seminários temáticos a respeito de temas variados e contou com as reflexões de mais de 50 especialistas nos setores do clima, da soberania, da política, da diplomacia, da economia, da ciência e dos direitos humanos

3.1. Soberania⁷

7 Eixo baseado nos seguintes materiais: MEDEIROS FILHO, Oscar. Mudança climática, soberania e segurança: cenários futuros. Diálogos Sobre Soberania e Clima, v.1, n.2, nov. 2021, São Paulo, IREE Soberania e Clima; JUNGSMANN, Raul; FURTADO, Marcelo. Soberania, clima e defesa nacional. Valor Econômico, 01/03/2021; 1º Seminário “Lançamento do Centro Soberania, Clima e Desenvolvimento Sustentável” Participantes: Ana Toni, José Hugo Wolkmer, Marcello Brito, Marcelo Furtado, Marina Grossi, Raul Jungmann, Sergio Etchegoyen e Walfrido Warde; 2º Seminário, “Soberania, crise, climática e a agenda do governo Biden”, Participantes: Hussein Kalout, Marcelo Furtado, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; 10º Seminário “Mudança climática, desigualdade e segurança: cenários futuros”, Participantes: Júlia Mello Neiva, Marcelo Furtado, Oscar Medeiros Filho, Raul Jungmann; 12º Seminário “A indústria de defesa e o desenvolvimento sustentável”, Participantes: Flávio Basílio, Julia Jones, Marcelo Furtado, Mariana Plum e Roberto Gallo e “Resumo Destaque das entrevistas” de 2020.

8 Fala no seminário “Lançamento do Centro Soberania, Clima e Desenvolvimento Sustentável” organizado pelo CSC em 21.12.2020.

9 Fala no seminário “Lançamento do Centro Soberania, Clima e Desenvolvimento Sustentável” organizado pelo CSC em 21.12.2020.

“

Em termos ambientais nós somos uma superpotência e temos que assumir isso, que nós somos decisivos e que não se monta o tabuleiro na área ambiental sem a presença do Brasil⁸

”

Raul Jungmann

Presidente do Centro Soberania e Clima

“

Eu não vejo nenhuma diferença entre o interesse nacional e a proteção do meio ambiente, ao contrário, eu acho que é do nosso próprio interesse essa proteção⁹

”

Ana Toni

Diretora Executiva do Instituto Clima e Sociedade – iCS.
Economista e doutora em Ciência Política

“

Se a gente olhar o Brasil com os desafios e as oportunidades que temos e pela potência ambiental no que somos, como podemos ler a soberania?¹⁰

”

Marcelo Furtado

Membro do Conselho de Administração e Diretor
Técnico do Centro Soberania e Clima

¹⁰ Fala no seminário “Mudança climática, desigualdade e segurança: cenários futuros” organizado pelo CSC em 17.06.2021.

3.1.1. Diagnóstico

A negação da deterioração ambiental (como o desmatamento) e da necessidade de uma ação conjunta e participativa para detê-la traz danos irreparáveis para o mundo

O artigo primeiro da Constituição Federativa do Brasil define que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel de estados e municípios, tem como fundamento número um a soberania. Os constituintes de 1988 chamavam a atenção para a relevância deste aspecto e entenderam a centralidade desse assunto considerando, ainda, a possibilidade de adaptá-lo, modelá-lo, moldá-lo às circunstâncias vividas em cada contexto.

Desde as últimas décadas do século 20, num plano global, os Estados nacionais vêm perdendo exclusividade em relação ao tema da segurança conforme pondera o Coronel Oscar Medeiros Filho (2021). Segundo sua avaliação, quando o assunto é o clima, a discussão ocorre numa escala planetária. Contudo, quando o foco se debruça, por exemplo, sobre a gestão da energia e dos recursos naturais, a atenção passa a ser, sobretudo, os interesses nacionais tendo como pano de fundo as disputas geopolíticas.

O cruzamento entre esses diferentes planos resulta, nas palavras de Medeiros Filho (2021), em três “tabuleiros de segurança” – ou arenas – jogados ao mesmo tempo: a) o meio ambiente, em escala global; b) as coletividades humanas, na escala local; e c) os Estados soberanos, de escala nacional. De um lado, certas narrativas de defesa do meio ambiente, apoiadas num discurso ecologicamente responsável, podem ser lidas como uma tentativa de prejudicar países concorrentes no campo comercial. Por outro lado, a negação da deterioração ambiental (como o desmatamento) e da necessidade de uma ação conjunta e participativa para detê-la traz danos irreparáveis para o mundo.

Na realidade, os Estados nacionais passam a se entender sob um falso dilema: entre adotar posturas mais cooperativas ou defender seus interesses soberanos sobre a gestão dos recursos naturais.



Foto João Farkas

3.1.2. Convergências

É fundamental superar esse tipo de dicotomia e reconhecer a urgência do problema climático e, ao mesmo tempo, preservar o princípio de soberania nacional. Sem Estados soberanos capazes de exercer seus deveres e responsabilidades, nossas tentativas de lidar com as mudanças climáticas fracassarão. Ao mesmo tempo, o exercício da soberania exige responsabilidade. É tarefa dos países soberanos encontrar uma forma de promover o entendimento indispensável para a preservação da vida e para a busca do bem comum¹¹.

A soberania não é uma moeda de troca, mas uma ferramenta necessária para garantir a sobrevivência das sociedades como as conhecemos. Seria um erro transformar a mudança climática em uma questão de segurança. Ela é um desafio comum que precisa ser enfrentado através da cooperação política, diplomática e científica¹².

Nesse sentido, a soberania não é um inimigo da mudança climática, muito pelo contrário, é um instrumento vital para enfrentar esta ameaça¹³, um setor indutor do desenvolvimento sustentável do país, uma vez que as tecnologias desenvolvidas para o setor de defesa, muitas vezes, transbordam para o setor civil, contribuindo para o desenvolvimento nacional. A título de exemplo, o mundo deve se inspirar pela experiência que levou ao Tratado da Antártica¹⁴, no qual diferentes países pactuaram que a região será utilizada apenas para fins pacíficos e não se converterá em cenário de discórdias internacionais, e concordaram em promover a cooperação internacional para a realização de pesquisas internacionais.

11 Etchegoyen (2022).

12 Etchegoyen (2022).

13 Etchegoyen (2022).

14 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d75963.htm

Um novo conceito, ‘soberania verde’, ainda em discussão na sociedade civil, pode contribuir com um olhar adicional sobre a questão

Especificamente no caso brasileiro, podemos destacar: ao não proteger o meio ambiente, o país deixa de zelar pelo bem público, deixa de proteger os direitos constitucionais do povo brasileiro e ameaça a sua soberania em relação aos seus próprios interesses¹⁵.

Um novo conceito, ‘soberania verde’, ainda em discussão na sociedade civil, pode contribuir com um olhar adicional sobre a questão. Nesse sentido, trata-se de uma hipótese que merece ser mais bem estudada, na medida em que sinaliza uma importância da perspectiva socioambiental quando está associada aos desafios que as mudanças climáticas representam para o Brasil. Ao mesmo tempo, o conceito incorpora, também, a defesa como um indutor do desenvolvimento sustentável do país, contribuindo, ainda, para o desenvolvimento científico tecnológico no mundo civil. Por fim, a ideia estaria relacionada, ainda, com o complexo ambiente internacional atual, que exige das grandes potências maior responsabilidade ambiental no equilíbrio e na convivência entre as nações.

15 Teixeira & Toni (2022).

3.1.3. Considerações do debate

- Identificar de que forma as mudanças climáticas impactam a segurança nacional, incorporando a modelagem de risco climático.
- Implementar estratégias nacionais centradas numa abordagem multilateral, mantendo uma comunicação permanente com Organismos Internacionais e Organizações Não-Governamentais sobre a visão do Estado brasileiro com o tema e sua ligação com os interesses estratégicos da Nação.
- Reconhecer o tema da mudança climática como ameaça à segurança nacional em políticas nacionais de segurança e defesa.



Foto João Farkas

3.2. Clima e segurança¹⁶

16 Eixo baseado nos seguintes materiais: 3º Seminário “Clima e defesa: o que muda na geopolítica global?”, participantes: Adriana Abdenur, José Hugo Volkmer, Marcelo Furtado, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; 5º Seminário “Mudança climática, defesa e relações internacionais”, participantes: Aécio Neves, Ignácio Ybáñez, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; 6º Seminário “O mundo de olho na Amazônia: ameaças e oportunidades para o Brasil”, participantes: Adriana Ramos, Beto Veríssimo, Denis Minevi, Fernando Henrique Cardoso, Flávio Dino, Marcelo Furtado, Pedro Passos, Rachel Biderman, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; 11º Seminário “Comando e controle – importância e desafios para a Amazônia”, participantes: Melina Rizzo, Raul Jungmann, Sergio Etchegoyen e Tássio Franchi; 15º Seminário “Biodiversidade e inteligência: como combater a biopirataria na Amazônia?”, participantes: Antônio Muniz, Braulio Dias, Jorge Porto, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; e 17º Seminário “Relações Brasil – União Europeia na agenda global do clima e da segurança”, participantes: Alice Vargas, Aline de Moura, Ana Paula Tostes, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen.

17 Fala no seminário “Soberania, crise climática e a agenda do governo Biden” organizado pelo Centro Soberania e Clima em 21.01.2021.

18 Fala no seminário de Lançamento do Centro Soberania e Clima, organizado pelo Centro Soberania e Clima em 21.12.2020.

“

Temos que entender como conciliar os nossos interesses, a nossa soberania e a questão ambiental em benefício da nossa sociedade¹⁷

”

Sergio Etchegoyen

Presidente do Conselho de Administração do Centro Soberania e Clima. General de Exército R1

“

Por que a questão do clima é uma questão de segurança? Porque a questão do clima é um pensamento de longo prazo. A questão de segurança é um pensamento de longo prazo. A questão do clima é risco sistêmico. A questão de segurança é risco sistêmico. Como eu olho para os grandes riscos? Refugiados climáticos, escassez, rotas de transporte. Como eu olho para esses riscos que estão na frente e me posiciono? Qual é o vetor que está induzindo essas transformações?¹⁸

”

Marina Grossi

Presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

“

A atividade de inteligência, na esfera ambiental, tem como atribuição acompanhar, sistematicamente, a situação nos diversos ecossistemas brasileiros, identificando oportunidades (condições favoráveis à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável) e ameaças ao meio ambiente e às políticas e aos interesses nacionais¹⁹

”

Antônio Carlos Fernandes Farias

Professor e Especialista em Inteligência

Antônio Augusto Muniz Carvalho

Coordenador de Inteligência do Centro Soberania e
Clima

19 FARIAS, Antônio Carlos Fernandes; CARVALHO, Antônio Augusto Muniz. Biodiversidade e Inteligência. Diálogos Sobre Soberania e Clima, no prelo.

3.2.1. Diagnóstico

Diante de um território precarizado, explorado e sem opções econômicas, uma parcela da população pode procurar formas alternativas de renda e se sentir tentada a enveredar para atos ilícitos

A degradação ambiental age como vetor de desigualdade, tensão e conflito, ou seja, atua como um potencial multiplicador dos riscos de segurança humana e nacional. Trata-se de uma espécie de inimigo responsável por desestabilizar sociedades justamente por alterar padrões de chuva, causar inundações, secas e incêndios, além de propiciar o surgimento de novas doenças.

No cenário internacional, a intensificação das pressões ambientais e os riscos de catástrofes contribuem para a perda dos meios de subsistência e podem forçar o deslocamento de indivíduos e precipitar novas ondas migratórias. Numa perspectiva geopolítica, países do Norte global podem mobilizar as mudanças climáticas e suas consequências como justificativa para aplicar sanções econômicas ou ainda levar a um intervencionismo militar que sirva a interesses particulares representando uma ameaça à soberania de países em desenvolvimento.

Na arena nacional, o comprometimento das condições ambientais afeta sistemas integrados fundamentais para o abastecimento de água e, conseqüentemente, de alimentos do país. Em outra escala, os próprios crimes ambientais mobilizam recursos naturais para fins ilegais, como, por exemplo, o comércio de espécies de fauna e flora, ou a exploração ilegal da madeira. Facções criminosas e movimentos políticos radicalizados²⁰ costumam aproveitar as rotas da ilegalidade ambiental – como o desmatamento e o garimpo – para promover outros tipos de ilícitos – como os tráficos de drogas, de armas, de pessoas e o financiamento de suas atividades.

A apropriação indevida, ilegal e não autorizada por parte de indivíduos ou grupos dos recursos genéticos de conhecimentos desenvolvidos por povos indígenas e comunidades tradicionais configura casos graves de biopirataria e colocam o Brasil sob risco. Diante de um território precarizado, explorado e sem opções econômicas, uma parcela da população pode procurar formas alternativas de renda e se sentir tentada a enveredar para atos ilícitos – como a derrubada da madeira – justamente porque não encontra outra alternativa de emprego sustentável.

20 FARC e Sendero Luminoso, entre outros.

3.2.2. Convergências

A mudança climática é um desafio global que afeta todas as nações, mas antes de atribuir culpas, vale buscar soluções de modo construtivo. A cooperação é sempre desejada e bem-vinda, mas a responsabilidade final pela proteção ambiental recai sempre sobre as autoridades nacionais e locais, de acordo com os marcos democráticos estabelecidos²¹. O mundo não precisa de mais confrontos, e o Brasil se orgulha de ser uma força motriz de paz e estabilidade na América do Sul por mais de um século. Um eventual clima de tensão tornaria a conservação ambiental mais difícil²².

No território nacional, o combate às diferentes ilegalidades que coexistem na Amazônia e em outros biomas do país são de interesse tanto do setor da soberania quanto dos defensores do meio ambiente. A extração de madeira, a mineração e o desmatamento ilegais, o tráfico de drogas e a biopirataria somente poderão ser adequadamente combatidos por meio da atuação integrada de órgãos públicos de todos os níveis, com informações de inteligência precisas e frequentes, capazes de direcionar e potencializar sua atuação.

No plano legislativo, já há acordos pacificados. A Constituição Federal, em seu artigo 225, define o patrimônio genético como uma das responsabilidades do Estado brasileiro. A Lei da Biodiversidade, aprovada em 2015, regulamenta o assunto e define que a titularidade dos conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade pertence aos povos e comunidades que desenvolveram esses conhecimentos.

Já no cenário internacional, há um vazio jurídico no combate específico da biopirataria, isto é, não existe uma aplicação preventiva sobre o assunto gerando incertezas e dilemas²⁴. Além de ignorar a soberania territorial, a biopirataria permite que os patrimônios genético e biológico do país sejam explorados por grupos nacionais e internacionais.

A extração de madeira, a mineração e o desmatamento ilegais, o tráfico de drogas e a biopirataria somente poderão ser adequadamente combatidos por meio da atuação integrada de órgãos públicos de todos os níveis

21 Etchegoyen (2022).

22 Etchegoyen (2022).

23 Farias & Carvalho (2022).

24 Farias & Carvalho (2022).

3.2.3. Considerações do debate

- Celebrar acordos multilaterais de cooperação internacional para promover a segurança climática.
- Frear o avanço das práticas ilegais na regulamentação e fiscalização.
- Descapitalizar infratores via o esforço de alcançar o topo da cadeia de comando e obter informações relevantes aumentando o custo do crime ambiental.
- Identificar onde e quem está consumindo os produtos ilegais.
- Promover campanhas de constrangimento do consumidor de produtos ilegais, eliminar a ilegalidade e fomentar os produtos sustentáveis.
- Assegurar alternativas econômicas para quem sofre com os impactos climáticos.



Foto João Farkas

3.3 Infraestruturas críticas²⁵

“

Infraestrutura é o amplo conjunto de obras e serviços dos mais diversos setores, mas sobretudo que interagem com o meio ambiente²⁶

”

Coronel André Luciano Bittencourt Barbosa
Diretor do Departamento de Assuntos da Câmara de Defesa e Relações Exteriores do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

25 Eixo baseado nos seguintes materiais: BUSTAMANTE, Mercedes. “Soluções baseadas na natureza e a redução da vulnerabilidade de infraestruturas críticas frente às mudanças climáticas”. Diálogos Sobre Soberania e Clima, v.2, n.1, jan 2021, São Paulo, IREE Soberania e Clima; 14º Seminário “Impacto do relatório do IPCC nas políticas de meio ambiente e defesa do Brasil”, participantes: Carlos Klink, Marcelo Furtado, Raoni Rajão, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; 15º Seminário “Biodiversidade e infraestruturas críticas”, participantes: Antônio Muniz, Braulio Dias, Jorge Porto, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; 19º Seminário “Petróleo, soberania e sustentabilidade”, participantes: Clarissa Lins, Eduardo Leal Ferreira, Felipe Sampaio, Luiz Augusto Barroso e Sergio Etchegoyen; e 20º Seminário “Resultados e perspectivas futuras”, participantes: Ana Toni, Carolina Genin, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen.

26 Fala no seminário “Biodiversidade e infraestruturas críticas” organizado pelo CSC em 30.09.2021.

27 BUSTAMANTE, Mercedes. Soluções baseadas na natureza e a redução da vulnerabilidade de infraestruturas críticas frente às mudanças climáticas. Diálogos Sobre Soberania e Clima, v.2, n.1, jan 2021, São Paulo, IREE Soberania e Clima.

“

Os sistemas de infraestruturas críticas são um componente central das economias modernas e sua resiliência é essencial para o desenvolvimento sustentável²⁷

”

Mercedes Bustamante
Professora titular da Universidade de Brasília; Membro da Academia Brasileira de Ciências

“

A gente precisa dar um salto no nosso entendimento como país da infraestrutura climática, da infraestrutura de apoio climático²⁸

”

Tatiana Schor

Secretária Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação, coordena a pasta de Mineração e o Núcleo de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira junto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI, do Amazonas

28 Fala no seminário “Clima, soberania e a agenda do congresso nacional” organizado pelo CSC em 01.04.2021.

3.3.1 Diagnóstico

No Brasil, a incidência crescente de eventos climáticos extremos em associação com a degradação dos ecossistemas e da biodiversidade aumentam a vulnerabilidade de infraestruturas críticas

Infraestruturas críticas são aquelas que têm alta relevância para o Estado e sua economia e, por isso, absorvem recursos para o seu funcionamento. Sua paralisação, destruição parcial ou limitação de capacidade causada por eventos climáticos pode ameaçar a segurança nacional ou ocasionar impactos econômicos e sociais significativos²⁹.

No Brasil, a incidência crescente de eventos climáticos extremos em associação com a degradação dos ecossistemas e da biodiversidade aumentam a vulnerabilidade de infraestruturas críticas como as barragens, os sistemas de abastecimento urbano de água, a geração hidrelétrica, as redes de transmissão e distribuição de energia elétrica, as rodovias federais estratégicas e os portos costeiros, conforme destaca a professora Mercedes Bustamante (2021).

Isto é, nossa matriz elétrica, ainda que diversificada, tem uma prevalência grande nas fontes hidrelétricas de modo que ameaças de uma crise hídrica, por exemplo, impactam nossa infraestrutura elétrica. Uma eventual escassez de água ainda geraria outros impactos, como, por exemplo, nos transportes aquaviários, (diminuindo a capacidade de escoamento de produtos), no deslocamento humano e no abastecimento de água urbano.

Eventos como a crise da Cantareira³⁰ e o caso de Brumadinho³¹ também revelam os dilemas enfrentados sobre o tema.

29 Para saber mais, conferir Margulis (2019).

30 O sistema cantareira, que abastece a região metropolitana de São Paulo, teve em dezembro de 2021 o menor volume para o mês de dezembro, operando apenas com 24,9% de sua capacidade.

31 Em 25 de janeiro de 2019, a barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, rompeu-se e causou um enorme desastre ambiental, humanitário e industrial, causando a morte de 270 pessoas.

3.3.2 Convergências

As maiores potências do mundo já incluíram nas suas preocupações de segurança nacional as questões climáticas e ambientais – como é o caso dos Estados Unidos e da União Europeia. Isto é, já há concordância sobre a dependência do bem-estar humano em relação aos serviços ecossistêmicos associados à biodiversidade, como a produção de alimentos, a regulação do ciclo hidrológico, o sequestro de carbono, a purificação e qualidade da água, o controle do fluxo de água, entre outros.

A respeito disso, a atividade de inteligência praticada no Brasil apresenta-se como uma ferramenta de extrema valia no assessoramento de questões que tocam as infraestruturas críticas e aspectos ambientais, principalmente por sua finalidade de antecipar a ocorrência de eventos. Além disso, a inteligência contribui no processo de assessoramento do processo decisório, garantindo os interesses nacionais e a defesa da biodiversidade brasileira³².

Ainda no Brasil, o Gabinete de Segurança Institucional atua considerando as infraestruturas críticas. O GSI entende por infraestrutura o amplo conjunto de obras e serviços de variados setores, mas sobretudo aqueles que interagem com o meio ambiente. Dessa forma, há uma compreensão dessas infraestruturas como destinadas a atender as necessidades da sociedade em concomitância com o desenvolvimento do país. Particularmente desde 2018, o GSI, em seu protocolo 53, inseriu nas cinco áreas iniciais de atenção – energia, transporte, água, telecomunicações e finanças – outras duas: a biossegurança e a bioproteção. Mais recentemente, o Decreto n. 10.569/2020 aprovou uma nova Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas, priorizando as áreas de energia, transporte, águas, comunicações e finanças.

Uma das formas de preservar essas infraestruturas consiste em adotar as chamadas Soluções Baseadas na Natureza (SbN), isto é, os mecanismos que se inspiram, copiam ou tem como base processos naturais para gerar benefícios sociais, ambientais e econômicos para a sociedade.

Já há concordância sobre a dependência do bem-estar humano em relação aos serviços ecossistêmicos associados à biodiversidade

32 Farias & Carvalho (2022).

3.3.3 Considerações do debate

- Debater a inclusão de ecossistemas como infraestruturas críticas considerando os impactos dessa inclusão para a política pública brasileira.
- Aumentar a segurança e a resiliência dos sistemas das infraestruturas críticas e, simultaneamente, limitar e mitigar os riscos climáticos e a degradação da biodiversidade e dos ecossistemas
- Valorizar Soluções Baseadas na Natureza (SbN) em diversos setores: elétrico, transportes e na economia.

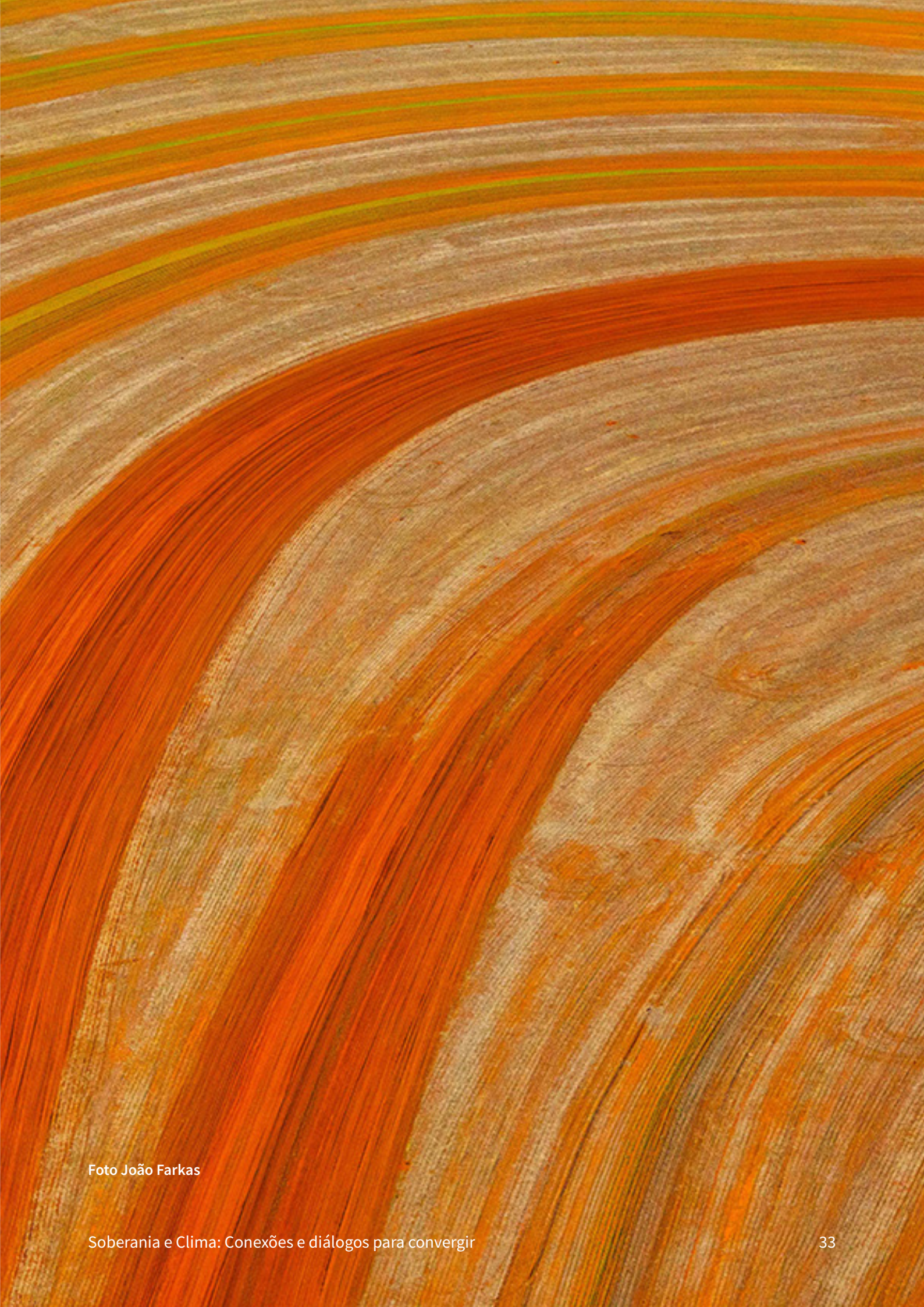


Foto João Farkas

3.4 Bioeconomia³³

33 Eixo baseado nos seguintes materiais: 4º Seminário “Clima, soberania e a agenda do congresso nacional”, participantes: Raul Jungmann, Rodrigo Agostinho, Sergio Etchegoyen e Tatiana Schor; 6º Seminário “O mundo de olho na Amazônia: ameaças e oportunidades para o Brasil”, participantes: Adriana Ramos, Beto Veríssimo, Denis Minevi, Fernando Henrique Cardoso, Flávio Dino, Marcelo Furtado, Pedro Passos, Rachel Biderman, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; 7º Seminário “Mudança climática e soberania nacional: perspectivas e desafios do Brasil”, participantes: Ana Toni, Hamilton Mourão, Nils Gunneng, Sergio Etchegoyen e Walfrido Warde; 9º Seminário “Biodiversidade e soberania”, 10º Seminário “Mudança climática, desigualdade e segurança: cenários futuros”, participantes: Costa Abrantes, Fábio Scarano, Mercedes Bustamante, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; 12º Seminário “A indústria de defesa e o desenvolvimento sustentável”, participantes: Flávio Basílio, Julia Jones, Marcelo Furtado, Mariana Plum e Roberto Gallo; e 14º Seminário “Impacto do relatório do IPCC nas políticas de meio ambiente e defesa do Brasil”, participantes: Carlos Klink, Marcelo Furtado, Raoni Rajão, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen.

34 Fala no seminário “O mundo de olho na Amazônia: ameaças e oportunidades para o Brasil” organizado pelo CSC em 22.04.2021.

35 Fala no seminário “Petróleo, soberania e sustentabilidade” organizado pelo CSC em 11.11.2021.

“

Nós temos aqui a riqueza que o planeta não tem. Precisamos saber monetizar essa riqueza com muita ciência, tecnologia e inovação³⁴

”

Pedro Passos

Copresidente do Conselho de Administração da Natura & Co, é membro da Mobilização Empresarial pela Inovação da CNI

“

Seguros, empréstimos, investimentos, mercados de futuros, investimentos em infraestruturas críticas, tudo isso vai ficar mais caro, menos atrativo, à medida que o grau de risco aumentar, e que a mudança climática tiver agudizado seus efeitos sobre as cadeias de produção³⁵

”

Felipe Sampaio

Coordenador de Projetos do Centro Soberania e Clima

“

A bioeconomia representa uma enorme oportunidade não apenas de desenvolver, por exemplo, a Amazônia de uma forma sustentável, mas também de implementar a agenda 2030, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, prevenindo a pobreza, a desigualdade e, portanto, a violência³⁶

”

Adriana Abdenur
Diretora Executiva da Plataforma Cipó

36 Fala no seminário “Clima e defesa: o que muda na geopolítica global?” organizado pelo CSC em 18.03.2021.

3.4.1 Diagnóstico

A bioeconomia é uma atividade comprometida em promover a produção e a distribuição de produtos originados em recursos biológicos

A lógica extrativista tradicional não pode mais sustentar as ações e os valores da produção nacional – ela é inviável do ponto de vista ambiental e limitada do ponto de vista econômico. Os desafios da crise climática merecem ser abordados sob outra perspectiva de negócios: a construção de uma economia que valoriza nossa vocação como potência climática.

A bioeconomia é uma atividade comprometida em promover a produção e a distribuição de produtos originados em recursos biológicos. O segmento se destaca ao adotar a biotecnologia como estratégia e prever a produção sustentável a longo prazo, mobilizando recursos renováveis e limpos.

A riqueza da biodiversidade dos biomas brasileiros, particularmente da Amazônia, pode oferecer uma plataforma de pesquisa e de desenvolvimento para ampliar nossa produção. Nossa matriz energética é favorável à nossa posição em âmbito internacional e abre caminho para um setor de construção mais amigável e sustentável.

Por outro lado, nossas tecnologias não têm avançado na mesma velocidade que os desafios que estão sendo impostos pelas mudanças climáticas. Do ponto de vista geopolítico, o Brasil ainda enfrenta a existência de grupos estrangeiros interessados em conhecer e explorar as abundantes riquezas existentes em nossos biomas, em especial a Amazônia.

Enquanto isso, em importantes segmentos de atividades econômicas com atuação expressiva no país, como na Amazônia, persistem atores que ainda se utilizam de práticas ilegais destrutivas, como a grilagem, o desmatamento e as invasões, comprometendo o próprio desenvolvimento em si. Nesse cenário, carecemos de métodos de produção e de distribuição que permitam um desenvolvimento sustentável ambientalmente responsável.

3.4.2 Convergências

As estratégias para atribuição de valores de nossas riquezas passam por uma mudança de perspectiva, lastreada na valorização de nossos ativos com soluções baseadas na natureza. Isto é, o Brasil tem condições de prestar serviços ambientais para o mundo. Assim, cabe discutir como monetizar serviços tais como a gestão do clima e a da água, que beneficiam não só o país, mas também a região e o globo em termos climáticos. Ao ativar essas cadeias existentes, florestais e não florestais, o país pode explorar, por exemplo, a madeira (uma matéria prima importante no futuro) de uma maneira sustentável.

Os usos de nossos recursos agrícolas podem ser empregados de maneira rentável, justa, inclusiva e sustentável. Ao calibrar essa economia garantindo a base infraestrutural e tecnológica necessária, ela ganha escala e se torna um diferencial para o Brasil. Devemos também aproveitar a oportunidade para redesenhar nosso parque industrial, nossa matriz energética e promover uma ação de transbordamento de tecnologias para outras áreas.

O Brasil tem condições de prestar serviços ambientais para o mundo. Assim, cabe discutir como monetizar serviços tais como a gestão do clima e a da água, que beneficiam não só o país, mas também a região e o globo em termos climáticos

3.4.3 Considerações do debate

- Adotar ferramentas específicas para proteger nossas terras privadas de exploração – com sistema de pagamentos ambientais – e ferramentas para evitar a grilagem de áreas públicas – como concessões florestais. Tais concessões devem ter fins climáticos: ativos para o turismo, a exploração sustentável de bens nativos (castanha, borracha e outros) e a criação de ativos com bases naturais (ativos farmacêuticos, industriais de cosméticos).
- Ampliar o investimento em pesquisa e tecnologia.
- Retomar o Fundo Clima como mecanismo para garantir valores para a educação, a capacitação, a criação de tecnologia e o apoio das cadeias produtivas.
- Financiar *startups* de inovação voltadas para as questões ambientais.
- Promover uma reforma tributária que preveja um imposto sobre o carbono que contribua para a criação de fundos destinados a aprimorar a matriz energética do país, garantindo fomento à tecnologias como a eólica, a solar e a biomassa.



Foto João Farkas

3.5 Amazônia³⁷

37 Eixo baseado nos seguintes materiais: 4º Seminário “Clima, soberania e a agenda do congresso nacional”, participantes: Raul Jungmann, Rodrigo Agostinho, Sergio Etchegoyen e Tatiana Schor; 6º Seminário “O mundo de olho na Amazônia: ameaças e oportunidades para o Brasil”, participantes: Adriana Ramos, Beto Veríssimo, Denis Minevi, Fernando Henrique Cardoso, Flávio Dino, Marcelo Furtado, Pedro Passos, Rachel Biderman, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; 7º Seminário “Mudança climática e soberania nacional: perspectivas e desafios do Brasil”, Participantes: Ana Toni, Hamilton Mourão, Nils Gunneng, Sergio Etchegoyen e Walfrido Warde; 11º Seminário “Comando e controle – importância e desafios para a Amazônia”, participantes: Melina Risso, Raul Jungmann, Sergio Etchegoyen e Tássio Franchi; 15º Seminário “Biodiversidade e inteligência: como combater a biopirataria na Amazônia?”, participantes: Antônio Muniz, Braulio Dias, Jorge Porto, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; 16º Seminário “Biodiversidade e infraestruturas críticas”, participantes: Coronel Bittencourt, Raul Jungmann, Sergio Etchegoyen, Mercedes Bustamante e 19º Seminário “Desmatamento: como combater com inteligência?”, participantes: Clarissa Lins, Eduardo Leal Ferreira, Felipe Sampaio, Luiz Augusto Barroso e Sergio Etchegoyen.

38 Entrevista concedida à equipe da n! em 04.03.2022.

39 Fala no seminário “O mundo de olho na Amazônia: ameaças e oportunidades para o Brasil” organizado pelo CSC em 22.04.2021.04.22.

“

Há condições de fazer o reflorestamento, a regeneração da floresta que foi derrubada. Em um horizonte de médio prazo, entendemos que em cinco anos já pretendemos estar com tudo aquilo lá regenerado ou reflorestado com um tipo de árvore, de vegetação que seja nativa da região e que dê frutos que permitam um desenvolvimento sustentável³⁸

”

Major-Brigadeiro José Hugo Volkmer

Presidente da Associação Pró-Amazônia. Ex-Diretor do Censipam

“

Hoje o entendimento global nos coloca um desafio diferente, o desafio de que temos que trabalhar na perspectiva da construção de um desenvolvimento diferenciado respeitando a floresta³⁹

”

Adriana Ramos

Coordenadora do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA)

“

Algo que une ambientalistas e a comunidade da defesa e da Forças Armadas é o combate às diferentes ilegalidades que coexistem na Amazônia, é de interesse de todos nós. Hoje enfrentamos problemas com narcotráfico, comércio ilegal de espécies de fauna e flora e ilegalidade da exploração da madeira entre outros crimes que convivem na Amazônia. Muitos são patrocinados pelos mesmos grupos. Acho que esse é um tema central que precisamos mergulhar⁴⁰

”

Raquel Biderman

Vice-presidente sênior das Américas da Conservation International

40 Fala no seminário “O mundo de olho na Amazônia: ameaças e oportunidades para o Brasil” organizado pelo CSC em 22.04.2021.04.22.

3.5.1 Diagnóstico

A ilegalidade facilita o desmatamento, o crime organizado e põe a Amazônia sob risco. Essa ação ilegal materializa uma ameaça ao Brasil e subtrai as oportunidades que poderíamos ter como potência ambiental

As dimensões geográficas e a magnitude das demandas na Amazônia significam desafios consideráveis. Por isso, os Estados soberanos que detêm parcela do território amazônico têm um papel decisivo e insubstituível a desempenhar. Não é uma tarefa passível de ser realizada apenas pelo setor privado, por mais importante que seja. E certamente não é uma tarefa possível em um ambiente de desconfiança e desconectado⁴¹.

A Amazônia é efetivamente de interesse para toda a humanidade, por isso a floresta sempre está no topo das preocupações internacionais, ainda mais quando o assunto é meio ambiente, biodiversidade ou mudanças climáticas. Dessa forma, não são raras as declarações de líderes mundiais sobre a importância da floresta para o futuro do planeta, inclusive algumas que merecem nossa preocupação⁴². Ainda que a Amazônia seja fundamental para o globo, isto absolutamente não pode colocar em dúvida a soberania das nações que a integram⁴³.

No que toca às questões internas, o desmatamento não serve ao interesse nacional: a atividade não levou o Brasil a nenhuma posição de destaque econômico, estratégico ou social.

Sem finalidade produtiva, o desmatamento corresponde apenas à especulação privada e ao roubo de florestas públicas. A ilegalidade facilita o desmatamento, o crime organizado e põe a Amazônia sob risco. Essa ação ilegal materializa uma ameaça ao Brasil e subtrai as oportunidades que poderíamos ter como potência ambiental.

41 Etchegoyen (2022).

42 Farias & Carvalho (2022).

43 Etchegoyen (2022).

3.5.2 Convergências

A discussão do clima deve ter o Brasil como uma das lideranças, principalmente para tomar decisões pela Amazônia. O desafio de proteger a floresta não pode ser resolvido tratando-a como uma espécie de colônia ambiental.

O respeito à soberania nacional combinado com a cooperação de boa fé é o caminho a seguir para preservar nossas florestas e enfrentar a mudança climática⁴⁴. A inteligência nacional pode contribuir produzindo análises que propiciem ao governo brasileiro melhor consciência situacional, aprimorando o processo de tomada de decisão, principalmente no que diz respeito à defesa e soberania nacionais⁴⁵.

Do ponto de vista global, a Amazônia pode (e deve) ser remunerada por seus serviços ecossistêmicos ao mundo. Na corrida pela descarbonização, os milhões de hectares desmatados podem ser transformados numa campanha de restauração florestal inédita. Uma empreitada capaz de gerar empregos, renda e atuar como um ativo em cadeia.

Além disso, é fundamental reconhecer a diversidade amazônica: os dilemas enfrentados pela Amazônia Ocidental são de teor e de ordem diferentes daqueles da Amazônia Oriental. Sem atentar para as particularidades, corre-se o risco de traçar políticas genéricas, incongruentes e ineficazes. Por fim, mas não menos importante, populações indígenas, povos ribeirinhos, organizações militares e universidades locais produzem diversos tipos de saberes que devem ser considerados em qualquer planejamento estratégico.

Populações indígenas, povos ribeirinhos, organizações militares e universidades locais produzem diversos tipos de saberes que devem ser considerados em qualquer planejamento estratégico

44 Etchegoyen (2022).

45 Farias & Carvalho (2022).

3.5.3 Considerações do debate

- Identificar os principais vetores do desmatamento e suas características: as causas primárias, as relacionadas e as subjacentes.
- Identificar as pessoas, as organizações e as nações envolvidas diretamente no desmatamento com ações contrárias aos interesses nacionais.
- Identificar os gargalos e as dificuldades para estancar o ritmo do desmatamento e selecionar as iniciativas exitosas que podem ser aplicadas em larga escala para prevenção e punição.
- Mapear as ilegalidades que ocorrem na região amazônica, em especial os crimes ambientais.
- Apostar em sistemas agroflorestais que garantam um equilíbrio entre as plantas frutíferas e as espécies madeireiras, de modo a assegurar uma produção proveitosa e uma economia baseada na natureza.
- Investir na produção da piscicultura na Amazônia, garantindo espaço para reflorestamento e a geração de empregos.
- Fomentar a cooperação com todos os outros países que têm soberania significativa sobre a Amazônia como Colômbia, Peru e Bolívia.



Foto João Farkas

3.6 Justiça climática⁴⁶

“

Discutir mudanças climáticas hoje sem relacionar com direitos humanos é impossível⁴⁷

”

Julia Melo Neiva

Coordenadora de Desenvolvimento e Direitos Socioambientais da Conectas Direitos Humanos

“

Quando a gente olha para um cenário futuro de desigualdade, há uma coincidência nefasta, que aqueles países mais frágeis, geralmente, são aqueles que por localização geográfica ou por vulnerabilidades ambientais mais sofrerão impactos advindos do aquecimento global⁴⁸

”

Cel Oscar Medeiros Filho

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Coordenador de Pesquisa do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército e Professor de Relações Internacionais no UniCEUB

46 Eixo baseado nos seguintes materiais: 4º Seminário “Clima, soberania e a agenda do congresso nacional”, participantes: Raul Jungmann, Rodrigo Agostinho, Sergio Etchegoyen e Tatiana Schor; 6º Seminário “O mundo de olho na Amazônia: ameaças e oportunidades para o Brasil”, participantes: Adriana Ramos, Beto Veríssimo, Denis Minevi, Fernando Henrique Cardoso, Flávio Dino, Marcelo Furtado, Pedro Passos, Rachel Biderman, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; 7º Seminário “Mudança climática e soberania nacional: perspectivas e desafios do Brasil”, participantes: Ana Toni, Hamilton Mourão, Nils Gunneng, Sergio Etchegoyen e Walfrido Warde; 10º Seminário “Mudança climática, desigualdade e segurança: cenários futuros”, participantes: Júlia Mello Neiva, Marcelo Furtado, Oscar Medeiros Filho, Raul Jungmann; 12º Seminário “A indústria de defesa e o desenvolvimento sustentável”, participantes: Flávio Basílio, Julia Jones, Marcelo Furtado, Mariana Plum e Roberto Gallo; e 17º Seminário “Relações Brasil – União Europeia na agenda global do clima e da segurança”, participantes: Alice Vargas, Aline de Moura, Ana Paula Tostes, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen.

47 Fala no seminário “Mudança climática, desigualdade e segurança: cenários futuros” organizado pelo CSC em 17.06.2021.

48 Fala no seminário “Mudança climática, desigualdade e segurança: cenários futuros” organizado pelo CSC em 17.06.2021.

“

Os municípios que foram muito desmatados historicamente são alguns dos menores IDH's do Brasil (...)
Para que essas pessoas saiam da pobreza, a gente precisa de uma economia baseada em restauração, numa solução baseada na natureza⁴⁹

”

Fabio Scarano

Professor titular de Ecologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Ecologia pela Universidade de Saint Andrews

49 Fala no seminário “Biodiversidade e soberania” organizado pelo CSC em 02.06.2021.

3.6.1 Diagnóstico

Em lugares nos quais a sobrevivência depende estritamente de recursos naturais, a escassez pode incitar conflitos como ondas de crimes que colocam em risco as comunidades

Eventos climáticos extremos e desastres ambientais geram também tragédias sociais. Tais fenômenos físicos podem afetar o acesso à água, ao saneamento, à alimentação, à saúde, à moradia, ao direito à vida. Também podem impactar a segurança, a autodeterminação dos povos, seu desenvolvimento econômico e seus direitos culturais.

Notadamente no Brasil, a distribuição desigual dos riscos e consequências desses eventos tem raiz profunda na sua formação enquanto país, marcada tanto pelo genocídio de indígenas (entre 1500 e 1700, de 5 milhões essa população baixou para 2 milhões, por meio de guerras de extermínio, trabalho escravo e apropriação de suas terras e impacto das enfermidades produto da colonização)⁵⁰, quanto pelo racismo estrutural, resultado de quase quatro séculos de escravidão⁵¹, integração da população negra baseada na subalternidade, repressão e incremento de desigualdades desde a transição para o trabalho livre, a exemplo da edição da lei de terras.

Em lugares nos quais a sobrevivência depende estritamente de recursos naturais, a escassez pode incitar conflitos como ondas de crimes que colocam em risco as comunidades. A desertificação dos solos, o aumento da escassez de água ou a inundação de regiões podem motivar deslocamentos migratórios massivos impactando as condições de sobrevivência e também a segurança pública. Movimentos migratórios sem planejamento e diálogo podem ter como consequências subempregos, sub-salários, clandestinidade da cidadania ou mesmo a aproximação com o crime organizado, subversão e terrorismo.

50 Ribeiro (1995. p. 144).

51 O Brasil, sozinho, recebeu 4,9 milhões de cativos, o equivalente a 47% do total desembarcado em todo o continente americano entre 1500 a 1859. O número de escravos traficados para o Brasil é dez vezes superior ao destinado às colônias inglesas da América do Norte (Gomes, 2019).

3.6.2 Convergências

Um desenvolvimento sustentável só pode ocorrer se for pautado por uma agenda social inclusiva que enfrente o racismo, inclusive na dimensão ambiental e climática, promova a redução das desigualdades e o consequente cumprimento dos mandamentos constitucionais do povo brasileiro.

Por sinal, diante de um contexto de incertezas, é necessário assumir o compromisso de dialogar com os povos tradicionais e as comunidades diretamente afetados pelos eventos extremos. Cabe atentar para as diferenças sócio-cultural das pessoas e as particularidades no atendimento de quem foi afetado ou envolvido nos eventos fruto das emergências climáticas.

No caso do Brasil, vale lembrar que as Terras Indígenas são de propriedade da União, tal como estabelecido pela Constituição Federal de 1988. As comunidades têm o usufruto dessas terras públicas que não podem ser tomadas por interesses privados.

No cenário da política externa, a coincidência entre os países mais frágeis e as condições de vulnerabilidade ambiental também deve ser tratada nos fóruns internacionais tendo o Brasil como liderança na discussão.

Um desenvolvimento sustentável só pode ocorrer se for pautado por uma agenda social inclusiva que enfrente o racismo, inclusive na dimensão ambiental e climática, promova a redução das desigualdades

3.6.3 Considerações do debate

- Prevenir, mitigar e reparar violações a direitos fundamentais por decorrência dos fenômenos climáticos;
- Assegurar políticas públicas que enfrentem as violações de direitos causadas pelas mudanças climáticas, com especial atenção às populações mais vulneráveis
- Promover a formação da população local para oferecer emprego de qualidade e atividades relacionadas à bioeconomia.
- Debater mecanismos que incentivem a indústria de defesa prever em seus projetos e ações a dimensão climática atinando para formas de ação e produção ecologicamente sustentáveis.
- Garantir uma contrapartida local para os lugares que absorvem os contratos e as tecnologias assegurando um transbordamento social, ambiental e tecnológico para as comunidades onde esses investimentos estão chegando.



Foto João Farkas

3.7 Política externa⁵²

52 Eixo baseado nos seguintes materiais: 2º Seminário “Soberania, crise, climática e a agenda do governo Biden”, participantes: Hussein Kalout, Marcelo Furtado, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; 5º Seminário “Mudança climática, defesa e relações internacionais”, participantes: Aécio Neves, Ignacio Ybáñez, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; 6º Seminário “O mundo de olho na Amazônia: ameaças e oportunidades para o Brasil”, participantes: Adriana Ramos, Beto Veríssimo, Denis Minevi, Fernando Henrique Cardoso, Flávio Dino, Marcelo Furtado, Pedro Passos, Rachel Biderman, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; 7º Seminário “Mudança climática e soberania nacional: perspectivas e desafios do Brasil”, participantes: Ana Toni, Hamilton Mourão, Nils Gunneng, Sergio Etchegoyen e Walfrido Warde; 8º Seminário “Antártica: soberania, geopolítica e mudança climática”, 9º Seminário “Biodiversidade e soberania”, participantes: Marcelo Câmara, Marcelo Furtado, Paulo Câmara, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; 10º Seminário “Mudança climática, desigualdade e segurança: cenários futuros”, participantes: Júlia Mello Neiva, Marcelo Furtado, Oscar Medeiros Filho, Raul Jungmann; 13º Seminário “Relações Brasil – China na agenda global do clima e da segurança”, participantes: Karim Costa Vazquez, Paulo Filho, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; 17º Seminário “Relações Brasil – União Europeia na agenda global do clima e da segurança”, participantes: Alice Vargas, Aline de Moura, Ana Paula Tostes, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen; e 20º Seminário “Resultados e perspectivas futuras”, participantes: Ana Toni, Carolina Genin, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen.

53 Fala no seminário “Mudança climática e soberania nacional: perspectivas e desafios do Brasil” organizado pelo CSC em 07.05.2021.

54 Fala no seminário “Resultados e perspectivas futuras” organizado pelo CSC em 25.11.2021.

“

Competição por recursos naturais, estresse hídrico, insegurança alimentar e energética, novas ondas migratórias, fragilidade institucional e elevação dos níveis do mar são exemplos de ameaças à paz social e à soberania territorial de diversos países. Por isso os Estados precisam estar preparados para enfrentar esses novos desafios⁵³

”

Hamilton Mourão
Vice-Presidente da República

“

Toda essa discussão climática representa grandes oportunidades para um país, porque está mexendo muitas peças do tabuleiro da geopolítica e da economia internacional. Então, dependendo de como você se reposiciona nesse tabuleiro, você lucra, você ganha⁵⁴

”

Carolina Genin
Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela London School of Economics and Political Science (LSE).
Diretora do programa de Clima do WRI Brasil

“

É essencial que as emissões de gás de efeito estufa caiam entre 40% e 50% nesta década, porque isso é o que a ciência nos mostra. Isso não pode ser feito por um único governo, por uma única empresa, por uma única sociedade. Requer uma concertação, esforços conjuntos e uma harmonia, na medida do possível⁵⁵

”

Clarissa Lins

Sócia fundadora da Catavento Consultoria.
Ex-presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás

55 Fala no seminário “Petróleo, soberania e sustentabilidade” organizado pelo CSC em 11.11.2021.

3.7.1 Diagnóstico

Desde a década de 1970 a política externa ambiental brasileira esteve assentada em dois pilares: soberania e desenvolvimento. Na década de 1990, na Rio 92, o Brasil acrescentou a esses dois alicerces, o multilateralismo e a cooperação, transformando o país num protagonista da área. Fincando sobre esses pontos, temas como a pobreza, as responsabilidades comuns e diferenciadas e o desenvolvimento sustentável tornaram-se fundamentais para o debate diplomático.

Mais recentemente, o tabuleiro geopolítico passa por alterações. Em 2019, a União Europeia celebrou o Green Deal, uma estratégia para alcançar a redução das emissões líquidas de gases do efeito estufa de, pelo menos, 55% até 2030⁵⁶. Nesse sentido, o bloco começou a firmar acordos de livre comércio que incluem o respeito e a promoção dos direitos humanos, as normas trabalhistas e o meio ambiente.

No que toca à política de defesa e segurança, a União Europeia considera responder aos desafios climáticos numa abordagem preventiva: a diplomacia de paz levaria em conta questões climáticas e os assuntos climáticos considerariam possibilidade de conflito. Por um lado, as mudanças climáticas podem gerar mais insegurança, exigindo intervenções no âmbito da defesa e segurança, o que incrementa o risco de militarização das emergências ambientais.

A China, por sua vez, em 2020, se comprometeu a políticas mais vigorosas para atingir o pico das emissões de carbono em 2030 e a neutralidade até 2060. Nos próximos anos, a potência deverá se tornar uma economia cada vez mais digital e menos intensiva em carbono⁵⁷. Dentro dessa nova agenda, os países que ainda não começaram a implementar planos nacionais de descarbonização e que ainda fornecem matérias primas ricas em carbono, provavelmente irão ver, no longo prazo, suas exportações e investimentos entrarem em declínio, como é o caso do Brasil.

56 Fonte: UNFF – European Union Nationally Determined Contributions https://www4.unfccc.int/sites/ndcstaging/PublishedDocuments/European%20Union%20First/EU_NDC_Submission_December%202020.pdf.

57 Fonte: UNFCCC - China's Achievements, New Goals and New Measures for Nationally Determined Contributions, 28/10/2021 Disponível em: <https://www4.unfccc.int/sites/ndcstaging/PublishedDocuments/China%20First/China%E2%80%99s%20Achievements,%20New%20Goals%20and%20New%20Measures%20for%20Nationally%20Determined%20Contributions.pdf>.

58 Jungmann e Furtado (2021).

Ainda não dispomos de estruturas institucionais e marcos regulatórios suficientes para alavancar nossa capacidade de participar nos esquemas de comércio de carbono e atrair investimentos para reflorestamento

Já os Estados Unidos, sob a presidência de Joe Biden, apresentaram uma nova doutrina que vincula a área de defesa ao meio ambiente mobilizando os setores econômicos e tecnológicos num plano destinado a combater as mudanças climáticas e criar oportunidades de crescimento⁵⁸. No documento divulgado em janeiro de 2021, o país coloca a crise climática no centro da política externa e da segurança nacional, propõe uma política climática única, coordenada pela Presidência e reforça que as ações estariam sob o respaldo do legislativo. No que toca às trocas comerciais, a nova política externa estadunidense vem valorizando parcerias comerciais e políticas nessa direção.

Atualmente o Brasil enfrenta dois desafios. Do ponto de vista econômico, há dificuldade para aproveitar as oportunidades que a transição desses importantes atores internacionais têm a oferecer. Ainda não dispomos de estruturas institucionais e marcos regulatórios suficientes para alavancar nossa capacidade de participar nos esquemas de comércio de carbono e atrair investimentos para reflorestamento. Já do ponto de vista geopolítico, há quem coloque a Amazônia como se fosse um corpo separado do país, aspecto que gera tensões e contraria os interesses nacionais num cenário repleto de interesses.

3.7.2 Convergências

O Brasil tem o dever, como maior potência sul-americana, de induzir a percepção de que o meio ambiente é um bem de todas as nações amazônicas

A emergência climática é uma questão global que afeta todos os países. Contudo, as capacidades de mitigação e adaptação são assimétricas entre os Estados, o que explica a necessidade das respostas serem globais com responsabilidades comuns e diferenciadas. A cooperação deve reforçar a capacidade dos Estados soberanos de cumprir seus deveres e, para isso, não pode minar a capacidade de cada nação⁵⁹.

É decisivo não desconsiderar governos eleitos democraticamente, ou recorrer a agendas ideologicamente motivadas. No caso nacional, o questionamento da soberania brasileira, em particular na Amazônia, é um erro cometido há muito tempo por diferentes países e suas respectivas lideranças⁶⁰. Torna-se fundamental garantir a proteção dos conhecimentos sensíveis, inclusive os tradicionais. A atividade de inteligência deve estar atenta e ser ouvida ao alertar sobre informações e recursos roubados e levados ao exterior – insumos que geram lucros bilionários sem beneficiar o Brasil, tampouco as populações amazônicas⁶¹.

Nosso peso gravitacional na América do Sul está em declínio e compromete nossa força geopolítica. O Brasil tem o dever, como maior potência sul-americana, de induzir a percepção de que o meio ambiente é um bem de todas as nações amazônicas. Os nove países são capazes de fundar um novo centro irradiador de conservação e de projeção de uma nova economia. No plano econômico internacional, é preciso adotar uma postura estratégica para aproveitar as oportunidades que as grandes economias podem oferecer em suas transições já que elas implicam, em grande medida, transformações na estrutura de nossa própria economia.

De toda forma, o Centro Soberania e Clima considera um erro tomar a mudança climática como uma questão militar ou de segurança. O mundo precisa de paz, estabilidade, cooperação e governos capazes de enfrentar a mudança climática em conjunto e sob o paradigma do respeito às suas soberanias.

59 Etchegoyen (2022).

60 Etchegoyen (2022).

61 Farias & Carvalho (2022).

3.7.3 Considerações do debate

- O Brasil deve atuar como uma liderança regional de forma a garantir coordenação, coesão e integração nos fóruns internacionais.
- Estreitar as parcerias com os vizinhos na Amazônia.
- Garantir a promoção de uma política externa equilibrada, sem alinhamentos automáticos de qualquer ordem ideológica e com pragmatismo na defesa dos interesses nacionais.

4. Agendas de mobilização e advocacy

O país tem muito a ganhar em termos de governança climática e de insumos para avançar um projeto de desenvolvimento sustentável se o diálogo sobre soberania e clima for adequadamente construído e efetivado. Diante disso, o Centro Soberania e Clima apresenta cinco agendas de mobilização e *advocacy* sobre as quais quer incidir, sendo elas: soberania, Amazônia, bioeconomia, geopolítica e justiça climática.

Tais agendas foram selecionadas com base nos temas tratados nos webinários conduzidos pelo Centro nos seus primeiros meses de atividade⁶², nos conhecimentos compartilhados por dezenas de especialistas e, por fim, em debates internos do CSC.

O *think tank* adotou quatro critérios na escolha dessas agendas: em primeiro lugar, a relevância para o tema soberania e clima – foco e missão do Centro; em segundo lugar, a relevância para o Brasil e para o mundo – atentando para as múltiplas escalas sobre as quais é necessário agir; em terceiro lugar, a dificuldade em tratar do assunto – encarando questões que apresentam dicotomias, conflitos ou desentendimentos entre especialistas de ambas as áreas; e, por fim, a potencialidade de estabelecer pontos de convergência entre os setores – apostando na identificação de aspectos congruentes que não são geralmente percebidos.

62 Para a lista completa com todos os webinários realizados e seus respectivos links com as gravações dos eventos, ver as referências bibliográficas no final deste *paper*.

Agenda de mobilização e advocacy: Soberania

Diagnóstico

De um lado, não há solução para a emergência climática sem o exercício da soberania. De outro, para o Brasil exercer plenamente sua soberania, ele deve reconhecer o risco climático e compreender o entrelaçamento da emergência climática com a proteção da soberania nacional.

Convergências

Para tratar desses aspectos, o Centro adota uma perspectiva capaz de favorecer a aproximação entre os setores. Sendo assim, o CSC entende a soberania como a capacidade do Estado de exercer suas atividades e gerir suas competências sem excluir a cooperação e a ajuda. Isto é, trata-se de um conceito que extrapola as ações estritas da defesa e se aproxima da governança, a faculdade prática do Estado de exercer a essência da sua atividade: regular, fiscalizar, induzir e unir.

Além disso, o Centro Soberania e Clima está promovendo o diálogo para a construção de um novo conceito, Soberania Verde, que permita integrar estas diferentes dimensões – clima, natureza e soberania. Tal terminologia se propõe a colocar em evidência justamente a necessidade de atualizar a noção tradicional de soberania, para que abranja as exigências socioambientais contemporâneas. O caminho para a solução desse problema climático passa pela política e, sendo assim, precisa do Estado brasileiro.

Agenda de mobilização e advocacy: Amazônia

Diagnóstico

A Amazônia enfrenta riscos e desafios internos e externos. De um lado, o desmatamento ameaça nossas infraestruturas críticas -- produção de água, regulação climática, biodiversidade, geração de emprego e renda com uma bioeconomia -- e afeta drasticamente a população e a economia do país. Por outro lado, interesses internacionais rondam a floresta e precisam ser considerados no exercício de nossa soberania.

Convergências

A solução da crise climática global passa pela manutenção do bioma amazônico. Do ponto de vista da soberania brasileira, a conservação da Amazônia é estratégica para garantir a provisão de diversos serviços ecossistêmicos, o funcionamento dos ciclos de água, o abastecimento energético e a produtividade do agronegócio. Diante de um território tão vasto quanto o amazônico, é necessário envolver muitos *stakeholders* – agentes do Legislativo, do Judiciário, do Executivo, da diplomacia, dos governos e populações locais, da sociedade civil –, além de envolver todos os Estados que dividem a Amazônia, reforçar os tratados internacionais e aumentar a presença do poder público na região.

Agenda de mobilização e advocacy: Bioeconomia

Diagnóstico

As mudanças climáticas têm o potencial de afetar investimentos feitos pelo Estado e pela sociedade. Recursos destinados para o setor de energia, de infraestrutura, de transportes, de alimentos, de abastecimento e outros podem ficar comprometidos com o desmatamento, as mudanças hídricas ou o aumento da temperatura. É urgente que o país invista e amplie estratégias para desenvolver-se de maneira sustentável, socialmente justa e com retornos prósperos. Os efeitos das mudanças climáticas podem afetar o desenvolvimento do país por impactarem setores da economia como a produção alimentar e a geração de energia, assim como, práticas produtivas ambientalmente inadequadas podem contribuir para agravar a crise do clima.

Convergências

O Centro Soberania e Clima considera fundamental enfrentar tanto as desigualdades sociais e econômicas históricas no país, como também discutir as estratégias necessárias para enfrentar os riscos da crise climática e da perda da biodiversidade. Incentivar práticas econômicas sustentáveis, assim como, coibir ações ilegais que prejudicam o meio ambiente. É fundamental garantir um entendimento de que a floresta de pé rende mais do que as árvores derrubadas. No caso amazônico, a solução passa por ações que possam fomentar uma economia verde – isto é, não somente evitar a derrubada, mas investir no desenvolvimento sustentável da região. Estas são as formas de garantir uma natureza pujante com justiça social e manutenção da integridade dos biomas nacionais.

Agenda de mobilização e advocacy: Geopolítica

Diagnóstico

As consequências da emergência climática atravessam fronteiras, e impactam o globo de forma indiscriminada, por isso é decisivo tratar da questão da política externa e dos interesses geopolíticos múltiplos.

Convergências

O Centro Soberania e Clima considera central atingir um ponto de encontro entre os interesses nacionais, as responsabilidades assumidas pelo Brasil no cenário global e as oportunidades para promover uma economia sustentável e justa. O país deve se relacionar com outros atores internacionais, não somente Estados, mas também atores não estatais, na discussão para o enfrentamento da crise climática. Será fundamental, para isso, coordenar posicionamentos e interesses de modo a garantir uma governança sobre o assunto numa postura de cooperação mútua e responsável e alinhada com os princípios constitucionais que regem às relações internacionais do Brasil, em especial a não intervenção, a solução pacífica de controvérsias e a igualdade entre os Estados.

Agenda de mobilização e advocacy: Justiça climática

Diagnóstico

Os efeitos da emergência climática afetam de modo desigual as pessoas, especialmente, em razão de processos históricos, como o racismo estrutural, que tornaram certos grupos mais vulneráveis, sobretudo em termos econômicos, regionais, etários, por gênero, etc. Caso o assunto não seja tratado de forma articulada, corre-se o risco de negligenciar parcelas da população que historicamente enfrentam condições de alta vulnerabilidade, como a população negra, por exemplo.

Convergências

O Centro Soberania e Clima defende que as dimensões históricas e sociais são centrais nas ações tomadas. Nesse processo de promoção do diálogo e de proposição de políticas públicas para o enfrentamento da crise do clima, para que essas sejam inclusivas e democráticas, será fundamental considerar nossas desigualdades históricas e construir tais alternativas considerando as necessidades dos grupos historicamente mais vulneráveis.

Com o fim de promover estas cinco agendas, o Centro Soberania e Clima irá atuar em diversas frentes: promoverá debates junto a universidades e centros de pesquisa, publicará análises de membros do Centro e de especialistas convidados, pautará o assunto junto ao Congresso Nacional e em outras esferas do poder público e criará redes com membros da sociedade civil e do Estado para ampliar conexões e favorecer o amadurecimento da discussão.

5. Convite para o debate



Foto João Farkas

Para finalizar, o Centro Soberania e Clima reforça seu desejo de participar do processo de construção de uma alternativa brasileira para o enfrentamento da crise climática e de uma agenda de desenvolvimento sustentável para o país. Uma alternativa que seja inclusiva e democrática, que respeite nossas singularidades e o conhecimento acumulado ao longo dos anos por quem aqui habita.

A proposta pretende levantar questões importantes para a governança climática e identificar os pontos convergentes entre setores distintos para avançar o debate. Aproveitamos o momento no qual o setor privado, os militares, a academia e a sociedade civil querem construir uma visão arrojada para o clima. Nesse sentido, o Centro pretende ser um dos agentes e um vetor desse processo.

As próximas grandes pandemias podem vir dos desmatamentos que presenciamos. O desastre sanitário demonstrou uma enorme desigualdade no acesso à pesquisa e no desenvolvimento de vacinas. No futuro, os países que estiverem mais preparados responderão melhor, por isso, temos a obrigação de evitar desastres, construindo economias sob outros paradigmas e investindo em tecnologias sofisticadas.

As mudanças climáticas e nossas respostas a elas não são agendas externas ao Brasil, são pré-condições e ativos estratégicos em favor da melhoria da qualidade de vida de brasileiros e brasileiras, e cidadãos e cidadãs do mundo. Para isso, devemos projetar nossos interesses em defesa da coesão da América do Sul num pensamento de longo prazo.

Podemos, diante do cenário desafiador, encarar a mudança do clima como uma oportunidade para o Brasil reformular nossa relação com o ambiente, promover a justiça social e nos reposicionar estrategicamente perante o mundo.

Há a urgência de deixar um legado às gerações que nos sucedem para que prossigam e cheguem ainda mais longe de onde nós chegamos. Perante esse cenário desafiador, o Centro Soberania e Clima ambiciona aproximar diversos setores e repactuar um caminho justo, próspero e ambientalmente responsável em direção ao futuro. Mais informações sobre o Centro Soberania e Clima, seus membros, parceiros, programa de trabalho e como colaborar podem ser obtidas no site www.soberaniaeclima.org.br.

No futuro, os países que estiverem mais preparados responderão melhor, por isso, temos a obrigação de evitar desastres, construindo economias sob outros paradigmas e investindo em tecnologias sofisticadas

Referências

BOLETIM SET/2021, IREE – Soberania e Clima (ISC), Setembro de 2021.

BOLETIM DEZ/2021, IREE – Soberania e Clima (ISC), Dezembro de 2021.

BUSTAMANTE, Mercedes. Soluções baseadas na natureza e a redução da vulnerabilidade de infraestruturas críticas frente às mudanças climáticas. Diálogos Sobre Soberania e Clima, v.2, n.1, jan 2021, São Paulo, IREE Soberania e Clima.

ETCHEGOYEN, Sergio. Amazon: Sovereignty and Climate. Diálogos sobre Soberania e Clima, no prelo.

FARIAS, Antônio Carlos Fernandes; CARVALHO, Antônio Augusto Muniz. Biodiversidade e Inteligência. Diálogos Sobre Soberania e Clima, no prelo.

GOMES, Laurentino. Escravidão. Rio de Janeiro: Globolivros, 2019.

JUNGMANN, Raul; FURTADO, Marcelo. Soberania, clima e defesa nacional. Valor Econômico, 01/03/2021.

MARGULIS, S. (2019). Sumário Executivo Mudança do Clima, Infraestruturas Críticas no Brasil e Dano Econômico. Projeto “Geração de Subsídios Técnicos para Elaboração da Estratégia de Implementação dos Compromissos da Temática de Adaptação da NDC Brasileira”, Ministério do Meio Ambiente e Instituto Internacional para Sustentabilidade.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Mudança climática, soberania e segurança: cenários futuros. Diálogos Sobre Soberania e Clima, v.1, n.2, nov. 2021, São Paulo, IREE Soberania e Clima.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TEIXEIRA, Isabella; TONI, Ana. A crise ambiental-climática e os desafios da contemporaneidade: o Brasil e sua política ambiental. Revista CEBRI, ano 1, nº1, jan-mar 2022.

Lives

2020.12.21 – Lançamento do Centro Soberania, Clima e Desenvolvimento Sustentável. Participantes: Ana Toni, José Hugo Wolkmer, Marcello Brito, Marcelo Furtado, Marina Grossi, Raul Jungmann, Sergio Etchegoyen e Walfrido Warde. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.01.21 – Soberania, crise climática e a agenda do governo Biden. Participantes: Hussein Kalout, Marcelo Furtado, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.03.18 – Clima e defesa: o que muda na geopolítica global? Participantes: Adriana Abdenur, José Hugo Volkmer, Marcelo Furtado, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.04.01 – Clima, soberania e a agenda do congresso nacional. Participantes: Raul Jungmann, Rodrigo Agostinho, Sergio Etchegoyen e Tatiana Schor. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.04.15 – Mudança climática, defesa e relações internacionais. Participantes: Aécio Neves, Ignacio Ybáñez, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.04.22 – O mundo de olho na Amazônia: ameaças e oportunidades para o Brasil. Participantes: Adriana Ramos, Beto Veríssimo, Denis Minevi, Fernando Henrique Cardoso, Flávio Dino, Marcelo Furtado, Pedro Passos, Rachel Biderman, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.05.07 – Mudança climática e soberania nacional: perspectivas e desafios do Brasil. Participantes: Ana Toni, Hamilton Mourão, Nils Gunneng, Sergio Etchegoyen e Walfrido Warde. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.05.20 – Antártica: soberania, geopolítica e mudança climática. Participantes: Marcelo Câmara, Marcelo Furtado, Paulo Câmara, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.06.02 – Biodiversidade e soberania Participantes: Costa Abrantes, Fábio Scarano, Mercedes Bustamante, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.06.17 – Mudança climática, desigualdade e segurança: cenários futuros. Participantes: Júlia Mello Neiva, Marcelo Furtado, Oscar Medeiros Filho, Raul Jungmann. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.07.01 – Comando e controle: importância e desafios para a Amazônia Participantes: Melina Riso, Raul Jungmann, Sergio Etchegoyen e Tássio Franchi. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.07.15 – A indústria de defesa e o desenvolvimento sustentável. Participantes: Flávio Basílio, Julia Jones, Marcelo Furtado, Mariana Plum e Roberto Gallo. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.08.05 – Relações Brasil-China na agenda global do clima e da segurança. Participantes: Karin Costa Vazquez, Paulo Filho, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.08.20 – Impacto do relatório do IPCC nas políticas de meio ambiente e defesa do Brasil. Participantes: Carlos Klink, Marcelo Furtado, Raoni Rajão, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.08.26 – Biodiversidade e inteligência: como combater a biopirataria na Amazônia? Participantes: Antônio Muniz, Bráulio Dias, Jorge Porto, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.09.30 – Biodiversidade e infraestruturas críticas. Participantes: Coronel Bittencourt, Raul Jungmann, Sergio Etchegoyen e Mercedes Bustamante. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.10.14 – Relações Brasil-União Europeia na agenda global do clima e da segurança. Participantes: Alice Vargas, Aline de Moura, Ana Paula Tostes, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.10.28 – Desmatamento: como combater com inteligência? Participantes: Antonio Claudio Farias, Antonio Muniz, Eduardo Viola, Paulo Moutinho, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.11.11 – Petróleo, soberania e sustentabilidade Participantes: Clarissa Lins, Eduardo Leal Ferreira, Felipe Sampaio, Luiz Augusto Barroso e Sergio Etchegoyen. Para assistir, [clique aqui](#).

2021.11.25 – Resultados e perspectivas futuras. Participantes: Ana Toni, Carolina Genin, Raul Jungmann e Sergio Etchegoyen. Para assistir, [clique aqui](#).



Soberania & Clima

conecta • dialoga • converge

